Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Terça-feira, 9 de abril de 2024
Ano CVII ● Número 29.585
ISSN 1980-9124

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br



A ECONOMIA ANABOLIZADA

Criação artificial de demanda, no máximo, garante a perpetuação no poder.
Por Fernando Travassos, **página 2**



IA: 5 NOVIDADES PARA SMARTPHONES

IA está criando dispositivos mais inteligentes, úteis e personalizados.
Por Stephanie Peart, **página 2**



A ESTABILIDADE DO MEMBRO DA CIPA

As regras em caso de encerramento da atividade empresarial.
Por José Ernane Santos, **página 4**

Inadimplência atinge em fevereiro menor nível desde 2022

Em SP, alta, mas ainda abaixo de março de 2023

O índice de inadimplência em 2024 apresentou uma nova queda significativa desde o aumento recorde em outubro de 2023. A redução foi significativa, de 7,91%. Janeiro fechou com um percentual de 12,38% de inadimplência, e fevereiro, com 11,4%. É o menor percentual de inadimplência desde setembro de 2022 (11,41%).

É o que aponta o Índice Multiplike de Devedores (IMD), que também mostra o cenário de curto, médio e longo prazos da inadimplência. De modo geral, as faixas de vencimento mostraram uma baixa variação.

Mas, segundo a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP), após seis meses, a inadimplência das famílias paulistanas voltou a subir no mês de março. Estudo da entidade aponta que, no mês passado, 921,2 mil famílias tinham algum tipo de conta em atraso na metrópole. Assim, o percentual de lares inadimplentes alcançou 22,7% (em fevereiro, era de 21,8%).

Embora o número de famílias endividadas esteja abaixo do registrado em março de 2023, o comprometimento da renda delas com dívidas segue preocupante. Hoje, um terço (31,7%) de tudo o que os lares recebem é destinado a pagamentos dessas despesas – que, em média, se prolongam por oito meses.

Yan Yan/Xinhua



Secretária dos EUA Janet Yellen reunida com o primeiro-ministro chinês, Li Qiang

Janet Yellen na China: cooperação e divergências entre as 2 potências

A China e os Estados Unidos alcançaram um consenso importante sobre a cooperação econômica e financeira após discussões durante a visita da secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, a Beijing, disse nesta segunda-feira o vice-ministro das Finanças chinês, Liao Min.

O aprofundamento da comunicação, a coordenação das políticas econômicas e financeiras e a promoção da cooperação mutuamente benéfica entre as duas maiores economias do mundo são de grande importância para a estabilização da economia e das finanças de ambos os lados e de todo o mundo, enfatizou Liao.

"As duas partes acreditam que todos os países têm necessidades legítimas de salvaguardar a segurança nacional, mas a China sublinhou que o conceito de 'segurança nacional' não deve ser generalizado, e a chamada 'diversificação' não deve ser usada como desculpa para minar as trocas comerciais e de investimento normais entre os dois países e em todo o mundo, bem como a estabilidade da produção industrial e das cadeias de abastecimento", disse Liao.

As duas partes concordaram em manter a comunicação sobre questões como o tratamento da dívida dos países em desenvolvimento, bem como a reforma estratégica das instituições financeiras internacionais no âmbito dos canais multilaterais, como o G20, e avançar a cooperação para enfrentar conjuntamente os desafios globais, de acordo com o vice-ministro chinês.

A China expressou claramente as suas sérias preocupações sobre as sanções dos EUA às empresas chinesas, as tarifas cobradas sobre produtos chineses e as restrições ao investimento na China, de acordo com o Ministério das Finanças da China.

Yellen chegou a Beijing dia 4 e encerrará a visita nesta terça-feira.

Rio tem pior insegurança alimentar do Sudeste

A Comissão de Segurança Alimentar, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), realizou na última sexta-feira o seminário "Dia da Saúde e Nutrição: Desafios e perspectivas para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada". Durante o evento, o professor adjunto do Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Paulo Cesar Pereira de Castro Júnior, apresentou dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II Vigisan), de 2022, que apontam que o Estado do Rio possui os piores índices de insegurança alimentar da Região Sudeste.

De acordo com os dados do estudo, o Estado do Rio possui 2,7 milhões de pessoas passando fome – pior índice da Região Sudeste.

Além disso, 40% da população fluminense vivencia insegurança alimentar moderada ou grave; 60% enfrenta algum nível de insegurança alimentar; 61% dos domicílios com renda per capita menor que meio salário mínimo estão em insegurança alimentar grave; e 56% dos domicílios em que há pessoas em trabalho informal ou desempregadas vivem insegurança alimentar grave ou moderada.

Em nível nacional, o Brasil possui 33 milhões de pessoas passando fome, sendo a maioria mulheres pretas que residem em áreas rurais.

"O primeiro passo é a gente trabalhar na construção de políticas públicas de combate à fome e de garantia à segurança alimentar. Além disso, é importante pensarmos qual modelo de sistema alimentar estamos favorecendo. Como esses alimentos estão sendo produzidos, comercializados e consumidos. O cenário é difícil e precisamos garantir alimentação adequada à população. A Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) também trouxe um bom elemento, que é o decreto que regulamenta a cesta básica de alimentos", explicou o professor.

Segundo a presidente da Comissão da Alerj, deputada Marina do MST (PT), nas últimas décadas o Brasil atravessou mudanças políticas econômicas, sociais e culturais que implicaram transformações no modo de vida da população e nos hábitos alimentares.

Israel: rombo bilionário com gastos na invasão a Gaza

As despesas do governo israelense no ataque a Gaza totalizaram US$ 14,2 bilhões até o final de março, informou o Ministério das Finanças do país nesta segunda-feira. Os dados não parecem incluir as armas e munições enviadas pelos EUA.

Os gastos com a invasão aumentaram o déficit orçamentário em 12 meses para US$ 32 bilhões entre abril de 2023 e março de 2024, equivalente a 6,2% do Produto Interno Bruto (PIB, medida da economia de um país), em comparação com 5,6% do PIB no final de fevereiro.

Para efeito de comparação, nos 12 meses entre abril de 2022 e março de 2023, o déficit do orçamento israelense somara apenas US$ 81,5 milhões.

A REFORMA DO IMPOSTO DE RENDA

As últimas novidades do projeto e seu impacto na economia. Por Marina Alana Chaves, **página 2**



COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,0690
Dólar Turismo	R$ 5,2840
Euro	R$ 5,4946
Iuan	R$ 0,7004
Ouro (gr)	R$ 382,59

ÍNDICES

IGP-M	-0,47% (março)
	-0,52% (fevereiro)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

A economia anabolizada

Por Fernando Cariola Travassos

A administração da economia de um país requer perspectiva de longo prazo e um nível diminuto de ideologia, bem como razoável técnica. Afinal, estuda-se Economia e seus experimentos há muitos anos e já é possível rechaçar algumas fórmulas mágicas, em geral utilizadas por populistas que exploram a ingenuidade de seus eleitores.

Uma dessas fórmulas baseia-se na crença de que fomentando-se o consumo com uma política fiscal expansionista, mesmo com desequilíbrio orçamentário, a produção de bens correspondente, e inexistente, irá aparecer no curto prazo e permanecer, em função da reação dos empresários diante de tal hiato entre demanda e oferta.

Um crescimento inicial na oferta de bens e serviços poderá vir de algumas máquinas adicionais nas plantas existentes, rearranjo e maior utilização do espaço de produção e turnos de trabalho ampliados. Haverá uma sensação de crescimento inicial, com aumento das contratações líquidas de mão de obra temporária.

Essa economia, no entanto, encontra-se anabolizada, com alta performance, mas artificialmente, fruto da criação forçada de uma demanda sem a correspondente oferta permanente para atendê-la.

Não há mágica. Se a maior demanda não for acompanhada de investimentos que alterem a capacidade de produção, via novas fábricas, centros de distribuição, lojas etc., logo os custos de um arranjo temporário crescerão, e a pressão de demanda sobre a economia provocará um aumento de preços, corroendo o poder de compra criado e, consequentemente, restabelecendo-se o equilíbrio do sistema. A insistência em "dobrar a aposta" e continuar o processo via expansão fiscal sem lastro iniciaria um processo inflacionário o qual deve-se evitar.

Um crescimento saudável e pujante de uma economia pode ser induzido, mas de forma harmônica, com demanda e oferta se ampliando continuamente. Isso exige maiores patamares de produção, que só será possível via novos empreendimentos, plantas e contratações de pessoal em caráter permanente–que geram demanda também.

> Criação artificial de demanda, no máximo, garante a perpetuação no poder

No entanto, requer a elaboração de projetos e seus respectivos financiamentos. Esses projetos implicam investimentos que frutificam somente após três ou mais anos, significando um risco que o empresário terá que assumir. Tal risco vai depender, além das condições financeiras, de várias premissas, como:

1) segurança regulatória, ou seja: regras claras e estáveis;

2) sistema jurídico-processual confiável, principalmente caso haja controvérsias com o poder público;

3) segurança pública contra roubo de cargas, assaltos, sequestros etc.;

4) ausência de práticas oblíquas generalizadas de relacionamento com o governo, principalmente nas áreas tributária, de licitações etc.;

5) infraestrutura disponível – energia elétrica, vias de transporte, saneamento etc.

O leitor poderá avaliar o quão próximo ou distante estão tais condições em seu país, estado ou município, para um empresário investir.

Sem esses requisitos, a prática de criação artificial de demanda pode no máximo garantir a perpetuação no poder dos malabaristas populistas, dependendo de como cooptem também outros poderes, mediante miragens dialéticas.

Nesse ambiente de negócios, germinam apenas forças empresariais medíocres, patrimonialistas, compadrios e contaminação de políticos na administração profissional de empresas, além de uma crescente percepção de ilicitude e impunidade nas relações com o poder público. O crescimento da economia torna-se um mero detalhe; ele permanecerá medíocre e intermitente qual o conhecido voo de galinha.

Fernando Cariola Travassos é engenheiro aposentado do BNDES, doutor em Economia – USP.

A reforma do Imposto de Renda

Por Marina Alana Chaves

Ao longo do ano de 2023, diversas mudanças foram realizadas em âmbito tributário no Brasil, não apenas de cunho especialmente arrecadatório, como a aprovação da normativa que instituiu a tributação de offshores e fundos de investimentos (Lei 14.711/2023), mas também a aprovação, enfim, da tão esperada Reforma Tributária, que altera a tributação sobre o consumo (EC 132/2023).

Ao apagar das luzes de 2023, também houve uma relevante alteração promovida pela Lei 14.879/13, que mudou a sistemática do aproveitamento de subvenções para investimento, inviabilizando o aproveitamento de benefício que por muitos anos ajudou o empresariado a reduzir de forma relevante o IR devido.

Nessa toada, o próximo passo seria a reforma do imposto sobre a renda, que vem sendo tangenciada pelo governo desde o início de 2023, em meio às demais medidas citadas. Diferentemente da reforma sobre o consumo recém-aprovada, que impactará de forma distinta os diversos segmentos de atividades, a reforma do Imposto de Renda impactará o empresariado como um todo, já que temas como tributação de dividendos, JCP e alteração de alíquotas são gerais.

Contudo, apesar da pressa para submeter normativas deste tipo à votação junto ao Poder Legislativo, acredita-se que somente a partir de 2025 essa pauta deve de fato ser apreciada pelo Congresso, à medida que, ao longo deste ano de 2024, muitas outras decisões precisarão ser tomadas sob o ponto de vista fiscal.

> As últimas novidades do projeto e seu impacto na economia

Isso porque, com a aprovação da reforma tributária via Emenda Constitucional, está pendente a criação e aprovação de Lei Complementar para definir os novos parâmetros da tributação, que já precisam estar operando em regime de transição a partir de 2026.

É um volume considerável de textos a serem redigidos e decisões a serem tomadas, que implicarão em diversos debates dos congressistas não apenas entre si, mas também com todos os setores da economia. É um momento de decisões delicadas e importantes para a efetividade e o bom funcionamento da reforma tributária aprovada.

Isso sem falar que o Congresso não é exclusivamente atrelado aos temas fiscais, mas também possui outras pautas para analisar em diversos outros setores, como saúde, educação, segurança.

É dizer, será bastante trabalho, em um ano que promete grandes movimentos na vida tributária do País, mas, ao que tudo indica, ao menos por enquanto, a reforma do imposto de renda seguirá na lista de espera.

Marina Alana Chaves é advogada associada do escritório Briganti Advogados.

Inteligência artificial: 5 novidades para smartphones

Por Stephanie Peart

Seja pela capacidade de ouvir, ver e gerar textos, áudios e imagens a partir de comandos em linguagem natural, a IA está se tornando onipresente nos dispositivos móveis. Com o potencial de mudar a forma de interação entre pessoas e máquinas, a tecnologia transformou os celulares em verdadeiros assistentes pessoais e parceiros inteligentes do dia a dia, proporcionando uma experiência cada vez mais personalizada e eficiente.

Nos smartphones mais recentes, a inteligência artificial já se integrou aos assistentes virtuais, câmeras fotográficas e chamadas telefônicas e há potencial ainda maior para sua expansão em outras áreas. Veja algumas novidades já anunciadas pelas principais fabricantes de celulares.

Tradução de conversas em tempo real – A sul-coreana Samsung lançará ainda este ano um serviço de tradução em tempo real durante ligações, o que favorece a eliminação de barreiras linguísticas e a comunicação em diferentes idiomas. Essa nova ferramenta já poderá ser usada no novo Samsung Galaxy S24 series. No entanto, a companhia não informou se o português estará entre os idiomas contemplados.

Assistentes ainda mais inteligentes – A Apple também já destacou inovações envolvendo a IA que devem chegar em breve ao mercado. Um dos destaques foi a melhoria na Siri, mais potente a partir de uma tecnologia similar ao ChatGPT, o que pode diminuir a necessidade de recorrer à tela do celular, graças aos comandos de voz. Os smartphones ainda poderão transcrever áudios de forma automática e levar as mensagens à tela para ocasiões em que a pessoa não possa ouvir o interlocutor.

Fotos aprimoradas – A câmera do novo iPhone também ganhou incrementos com a inteligência artificial. O dispositivo detecta de forma automática se uma fotografia retratará alguém e ativa o modo retrato. A IA ainda intervém em balanço de luz e foco. Aparelhos Android equipados com o novo chip Qualcomm Snapdragon 8 Gen 3 também oferecem uma tecnologia avançada para aprimorar a qualidade das fotos. A fabricante de processadores para smartphones promete reprodução de cores mais vívida e resolução melhor, garantindo uma experiência fotográfica ainda mais impressionante.

Vídeos melhores à noite – A Qualcomm também destaca que os dispositivos equipados com seu mais recente chip serão capazes de capturar imagens noturnas mesmo em ambientes de baixa luminosidade, graças ao auxílio da inteligência artificial para o ajuste de luz. À noite, as câmeras muitas vezes não conseguem obter informações adequadas, mas a tecnologia pode compensar isso, reduzindo ruídos e aprimorando a qualidade da imagem por meio da criação de pixels adicionais.

Segurança potencializada – Uma nova camada de segurança para o envio de arquivos, denominada 2CPA, que faz uso da IA para aprimorar a criptografia, foi outro recurso anunciado pela Qualcomm. Esse modelo de codificação de mensagens e arquivos visa elevar os padrões de privacidade e proteção dos usuários.

Essas são apenas algumas das muitas maneiras pelas quais a IA está transformando os smartphones em dispositivos mais inteligentes, úteis e personalizados. Portanto, estamos apenas começando a conhecer do que é possível quando combinamos a inteligência humana com a artificial na palma de nossas mãos.

Stephanie Peart é Head da Leapfone.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas







Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

É hora de impor sanções a Israel

Neste domingo (7), completaram-se 6 meses da invasão do Hamas a Israel, com resultado de 1,2 mil mortes e 200 reféns. Nesta segunda-feira (8), a invasão da Israel a Gaza totalizou 6 meses, com 33 mil palestinos mortos, 1/3 dos quais crianças. Nesta terça (9), termina o Ramadã, período sagrado para os muçulmanos.

Há 14 dias, o Conselho de Segurança da ONU aprovou, com inédita abstenção dos EUA, cessar-fogo imediato em Gaza durante o Ramadã que leve a uma trégua duradoura e à libertação imediata e incondicional de todos os reféns.

Há 3 dias, o Conselho de Direitos Humanos da ONU aprovou resolução que determina suspensão da venda de armas a Israel e que o país de "Bibi" Netanyahu seja responsabilizado por possíveis crimes de guerra.

Há 73 dias, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) determinou que Israel impeça o genocídio em Gaza, além de iniciar processo que pode condenar país pela matança.

Israel descumpriu todas as determinações, como vem fazendo desde que o Estado foi criado. É hora de se impor sanções que obriguem o cumprimento das decisões. Ou sanções só valem para Cuba, Irã, Venezuela e Rússia?

Agressão

A invasão da Embaixada do México pelo Governo do Equador é ato gravíssimo que merece da Organização dos Estados Americanos (OEA) mais do que uma insípida nota reafirmando o que todos já sabem (que as representações diplomáticas são invioláveis) e pedindo que México e Equador resolvam suas diferenças por meio do diálogo – equiparando agredido e agressor.

Bem diferente da condenação, feita pela mesma OEA, a respeito da lei venezuelana que afirma sobre o território de Essequibo, disputado com a Guiana.

Análise sintática

A mídia ocidental tem se esmerado em frases sem sujeito, com sujeito passivo ou com sujeito (deliberadamente) oculto. É um tal de "membros de ONG são mortos" ou "central nuclear na Ucrânia foi atingida por drones"...

Rombo oculto

O Globo conseguiu fazer uma matéria sobre os resultados fiscais do governo sem citar o déficit nominal de R$ 1 trilhão (!) em 12 meses. Talvez porque este número inclua os escorchantes gastos com juros da dívida.

Rápidas

Na 20ª Edição da Expo Óptica, que começará nesta quarta-feira, no Expo Center Norte (SP), a empresa de tecnologia óptica Rodenstock Brasil apresentará a nova tecnologia de lentes B.I.G. NORM™ *** Em parceria com o Hemorio, o Américas Shopping promoverá, nesta terça-feira, nova edição da campanha de doação de sangue, das 10h às 15h *** O Código de Processo Penal comentado, produzido pelo representante do IAB no Amazonas e professor de Direito Penal e Processo Penal Aniello Miranda Aufiero, será lançado no IAB nesta quinta-feira, às 17h, com transmissão pela TVIAB no YouTube *** Nesta quarta, 8h15, acontecerá o II Seminário de Pós-Graduação do CTC da PUC-Rio. Em debate, os desafios da transição energética, Inteligência Artificial e pesquisa e inovação no Brasil *** Até sábado, das 10h às 17h, o West Shopping promove campanha de vacinação contra a gripe, para população a partir dos 6 meses de idade *** Estão abertas as inscrições para o 5º Exame Nacional para Corretores de Seguros, que habilita profissionais do setor. Informações em seguros.conhecimento.fgv.br

Lideranças pedem regulação das plataformas

Moraes incluiu Elon Musk nas investigações sobre milícias digitais

Após o multibilionário norte-americano Elon Musk desafiar a Justiça brasileira, lideranças governistas do Congresso Nacional voltaram a defender a necessidade de se aprovar a regulação das plataformas digitais no Brasil. Por outro lado, líderes da oposição saíram em defesa do dono da plataforma X, antigo Twitter, reforçando tese de censura e de violação da liberdade de expressão no Brasil.

O megaempresário pediu o impedimento do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, e disse que não acataria a decisão judicial que determinou a suspensão de perfis acusados de disseminar notícias falsas que atentariam contra o STF e a democracia.

Em resposta, Moraes incluiu Musk nas investigações sobre as chamadas milícias digitais. A decisão de suspender perfis, que contrariou Musk, ocorreu no âmbito do inquérito 4.874, que apura a atuação de supostos grupos criminosos nas redes sociais que disseminariam notícias falsas para desacreditar as eleições brasileiras e justificar um golpe de Estado.

O líder do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP), destacou que o comportamento do bilionário é uma interferência estrangeiras que conspira contra a democracia brasileira.

"Precisamos avançar com celeridade na votação do PL 2.630, de relatoria do amigo Orlando Silva. E mais: amanhã me reunirei com o presidente da Anatel para avaliar quais medidas podem ser tomadas contra a grave ameaça representada pelas decisões e declarações recentes do dono do X. Talvez essa notícia seja uma surpresa para bilionário mimado que serve aos interesses do neofascismo, mas, no Brasil, ainda vigoram as leis brasileiras", afirmou.

O relator do Projeto de Lei que regula as plataformas, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), disse que vai pedir ao presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), que paute o projeto.

"É impossível continuarmos no estado de coisas atual. As big techs se arrogam de poderes imperiais. Descumprir ordem judicial, como ameaça Musk, é ferir a soberania do Brasil. Isso não será tolerado. A regulação torna-se imperativa ao Parlamento", comentou.

Em 2023, o projeto foi retirado de pauta. Segundo Lira, a ação das Big Techs, que são as megaempresas que controlam as plataformas de internet, foi decisiva para evitar a aprovação da matéria.

O ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, que representa o Executivo nos fóruns jurídicos, manifestou que a reação de Musk torna urgente a regulamentação das redes sociais. "Não podemos conviver em uma sociedade em que bilionários com domicílio no exterior tenham controle de redes sociais e se coloquem em condições de violar o Estado de Direito, descumprindo ordens judiciais e ameaçando nossas autoridades. A paz social é inegociável", afirmou o ministro.

Outro ministro que se manifestou foi Paulo Pimenta, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom). O chefe da Secom destacou que o Brasil é uma democracia sólida com instituições autônomas e imprensa livre, com total liberdade de expressão.

"Não vamos permitir que ninguém, independente do dinheiro e do poder que tenha afronte nossa pátria. Não vamos transigir diante de ameaças e não vamos tolerar impunemente nenhum ato que atente contra a democracia. O Brasil não é a selva da impunidade e nossa soberania não será tutelada pelo poder das plataformas de internet e do modelo de negócio das big techs", comentou.

Em nota divulgada nesse domingo, o Partido dos Trabalhadores (PT) destacou que a condução de Musk atenta contra a soberania brasileira.

"Sua demonstração de arrogância serve à campanha de mentiras de Jair Bolsonaro contra o Judiciário brasileiro e configuram ingerência totalmente descabida na vida política e na democracia em nosso país. A ofensiva truculenta do dono do X é mais uma evidência de que as plataformas devem se submeter a regulamentação muito clara, como ocorre em outros países, para que deixem de servir à propagação de mentiras e campanhas de ódio", diz a nota.

Segundo a Agência Brasil, enquanto lideranças políticas ligadas ao governo pedem a regulação das plataformas, parlamentares da oposição apoiam as declarações do multibilionário, como fez o líder da oposição do Senado, Rogério Marinho (PL-RN). "Parece que o cobertor está ficando cada vez mais curto e as ameaças à liberdade de expressão estão repercutindo fora do Brasil. Nada mais odioso do que a censura. Viva a liberdade e o respeito a constituição tão relativizada nos últimos tempos", afirmou Marinho.

Lideranças da oposição da Câmara e do Senado se reuniram, nesse domingo, para discutir o caso envolvendo o bilionário americano e traçar a estratégia da oposição para os próximos dias.

O líder da oposição na Câmara, deputado Filipe Barros (PL-PR), disse que tem a obrigação de apurar as denúncias apresentadas nesse final de semana por Elon Musk.

SEU DIREITO

A estabilidade do membro da Cipa

Por José Ernane Santos

A estabilidade dos membros das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipa), desde o registro de sua candidatura até um ano após o término do mandato, está prevista no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme:

Art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição:

II – fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa:

a) do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato;

Na CLT, a previsão consta no art. 165:

Art. 165 – Os titulares da representação dos empregados nas Cipa(s) não poderão sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.

Parágrafo único – Ocorrendo a despedida, caberá ao empregador, em caso de reclamação à Justiça do Trabalho, comprovar a existência de qualquer dos motivos mencionados neste artigo, sob pena de ser condenado a reintegrar o empregado.

A primeira conclusão a que se chega da leitura dos trechos citados é que a estabilidade em questão restringe-se aos representantes dos empregados, ou seja, ao empregado eleito pelos colegas para representá-los na Comissão. Os representantes escolhidos pela empresa não fazem jus à estabilidade.

As construções doutrinárias e a jurisprudência dos tribunais laborais [inclusive sumuladas], consolidaram-se no sentido de que a estabilidade provisória do cipeiro não é ilimitada e não constitui vantagem pessoal, mas garantia para as atividades dos membros da Cipa, que somente têm razão de ser quando em atividade da empresa. Assim, com a extinção do estabelecimento ou a supressão de suas atividades, não se verifica a despedida arbitrária, sendo impossível a reintegração e indevida a indenização do período estabilitário.

Neste sentido, a Súmula 369, inciso IV, do TST estabelece, por exemplo, que não há estabilidade ao dirigente sindical quando do encerramento da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato. Assim, só há razão para a estabilidade do cipeiro enquanto a empresa se mantiver em atividade.

Dessa forma, ocorrendo a extinção total do estabelecimento ou o total encerramento das atividades da empresa, os empregados integrantes da Cipa poderão ser dispensados, sem que tal dispensa seja considerada arbitrária.

Percebe-se que a garantia da estabilidade está relacionada diretamente à existência do estabelecimento. Cessadas as atividades do estabelecimento, extinguir-se-á a garantia assegurada ao empregado cipeiro. É assim a jurisprudência dominante (exemplos: TST – RR 80079 – 5ª T. – Relator Min. Rider Nogueira de Brito-DJU 28.11.2003, AIRR – 686-87.2010.5.03.0048, 3ª T. – Relator Min. Mauricio Godinho Delgado, DJU 26/03/2013; TRT-7ª Região – RO 948008220095070002 CE 0094800-8220095070002, Relatora MARIA ROSELI MENDES ALENCAR, Primeira Turma, Data de Publicação: 10/02/2012 DEJT).

No entanto, pode ser que a empresa não seja extinta imediatamente. Ou seja, ela pode encerrar suas atividades, mas, por questões técnicas, fiscais ou tributárias, a baixa em todos os órgãos demandará um pouco mais de tempo, período em que o CNPJ permanecerá ativo.

Consideramos que tal situação configura, também, a extinção do estabelecimento, uma vez que a mera manutenção do CNPJ ativo por um espaço, ainda que razoável, de tempo é devida a aspectos burocráticos que precisam ser resolvidos antes da efetiva baixa. O importante é que a real intenção de extinguir o estabelecimento possa ser comprovada.

Assim, embora considerando que o Direito é uma ciência social e não exata, o que faz com que não possamos garantir resultados integralmente seguros, podemos dizer que, na hipótese de encerramento de atividades, mesmo que o CNPJ permaneça ativo por algum tempo, os empregados que estejam gozando de estabilidade em virtude de eleição para a Cipa não terão direito à reintegração ou indenização, se demitidos, ao mesmo tempo que os demais empregados.

Nossa conclusão, respeitando todas as opiniões contrárias, é que ao empregado com estabilidade decorrente de eleição para a Cipa – diferentemente dos demais colaboradores estáveis demitidos em decorrência da extinção da empresa – não são devidos os salários e demais vantagens até o fim da garantia de emprego.

José Ernane Santos é advogado e contabilista, sócio do escritório Fortes Nasar Advogados Associados e conselheiro do Conat/CE.

Vendas de veículos crescem 8,5% e produção aumenta 0,4% em março

O crescimento consistente das vendas desde a metade do ano passado vem aos poucos puxando para cima o ritmo da produção de autoveículos no Brasil, apesar da baixa nas exportações. Esse é o resumo do balanço do primeiro trimestre divulgado nesta segunda-feira pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

A produção de 195,8 mil autoveículos em março foi a melhor em quatro meses e superou em 3,2% o volume de fevereiro. No acumulado do trimestre, 538 mil unidades deixaram as linhas de montagem, 0,4% a mais que no mesmo período do ano passado. "Acreditamos que os próximos meses serão marcados por aumento contínuo na produção, por isso apostamos muito na nossa previsão de alta de 6% para o ano", explicou o presidente da Anfavea, Márcio de Lima Leite.

Se essa reação mais relevante ainda é aguardada para a produção de automóveis e comerciais leves, para o segmento de pesados ela já é realidade. A produção de caminhões no primeiro trimestre chegou a 29,3 mil unidades, 19,7% acima do mesmo período de 2023. Para ônibus, a alta é ainda maior, de 61,6%, com 6,5 mil chassis fabricados.

Nas vendas internas, o indicador mais revelador do aquecimento é o da média diária de emplacamentos, que dilui o efeito da quantidade de dias úteis em cada período. A média de 9,4 mil unidades em março cresceu 7,9% em relação a fevereiro e 8,5% sobre março de 2023. No ano, a média diária de emplacamentos já é 12,6% superior à do primeiro trimestre de 2023.

O total de vendas em março foi de 187,7 mil unidades, mês com três dias úteis a menos que março do ano passado. Na comparação com fevereiro, houve acréscimo de 13,6%. O volume acumulado no trimestre é de 515 mil autoveículos, 9,1% a mais que no ano passado.

A exportação acumulada se manteve 28% abaixo na comparação com 2023, embora os embarques de março tenham sido os maiores em sete meses, com elevação de 6,5% sobre fevereiro.

Desde o final do ano passado a Anfavea vem comemorando os anúncios de investimento, que já configuram um recorde de histórico. Com novos aportes de fabricantes anunciados no último mês, o ciclo atual já supera R$ 123 bilhões de investimentos ativos desde 2021, sem contar os do restante da cadeia automotiva.

"Ficamos muito satisfeitos com a assinatura do decreto do Programa Mover no mês passado pelo governo federal. Foi o resultado de muitas sugestões nossas às autoridades competentes, e também da Academia e do setor de autopeças. Temos a certeza de que estamos diante de um programa que será referência para o mundo em termos de descarbonização, com a liberdade de escolha para os consumidores, que poderão optar pela rota tecnológica mais interessante às suas necessidades", afirmou Márcio de Lima Leite.

O Brasil já é o país com a maior frota de carros blindados

O Brasil registrou novo recorde de blindagens de carros em 2023. Dados divulgados pela Associação Brasileira de Blindagem (Abralin), mostram que o setor teve alta de 13% sobre o ano de 2022 e estima que 340 mil carros tenham a proteção no país. E o cenário é muito promissor para 2024.

Com este aumento na procura pelo serviço é preciso tomar alguns cuidados essenciais na escolha da empresa de blindagem. Importante o cliente procurar por uma empresa que seja cadastrada no Siscab, para poder emitir a declaração de blindagem.

Apesar de ser um serviço que não é considerado barato, o perfil do consumidor que está buscando blindar seu carro mudou. Com a insegurança e o medo por assaltos e sequestros cada vez mais famílias com filhos pequenos, jovens em período de faculdade e empresárias buscam pela blindagem do seu veículo.

Antigamente somente carros considerados de luxo passavam pela blindagem, outro diferencial a insegurança trouxe para o setor é a blindagem de carros menores e considerados populares. O medo é um fator determinante para este tipo de consumidores que buscam pela segurança de ter um carro blindado e poder transitar tranquilamente, mesmo na maioria das vezes pagando o mesmo valor do veículo para a blindagem do carro.

Com o crescimento da procura deste serviço houve um aumento no setor de compra e venda de veículos novos e usados. Muitos consumidores estão buscando por carros seminovos blindados, para não ter o gasto com a blindagem de um carro zero, mas alguns cuidados precisam ser tomados na hora de adquirir um veículo seminovo. Caso o carro escolhido tenha mais de cinco anos é necessário fazer a revisão da blindagem para manter o nível de proteção, principalmente na parte transparente do veículo que são os vidros. Não é aconselhável blindar carro com mais de dez anos.

O setor de blindagem está enfrentando um novo desafio com relação aos novos carros elétricos, devido ao uso de baterias que fez com que o setor desenvolvesse um modelo de blindagem para estes modelos que não interferisse no funcionamento e nem no desempenho do veículo.

Ser reconhecido como o país dos carros blindados significa que o Brasil ainda precisa muito investir em segurança pública e programas sociais, para que o nosso lindo país que já é reconhecido mundialmente com um dos mais belo do planeta, tenha também o reconhecimento de que a população tenha o seu direito de ir e vir com tranquilidade respeitado.

Padtec (PDTC3): avaliação sobre 2023 e perspectivas para 2024

Por Jorge Priori

Conversamos sobre a Padtec com Carlos Raimar Schoeninger, CEO e diretor de Relações com Investidores da companhia.

Como a Padtec avalia o seu ano de 2023?

Eu vou contextualizar 2023, olhando para o período pré-pandemia, pandemia e o que aconteceu depois, pois está tudo entrelaçado nesse mundo de tecnologia, tanto nos economics, no comportamento das pessoas e no consumo de dados, quanto nas empresas que produzem esse dados.

Na pré-pandemia, existia uma sazonalidade muito grande. O primeiro trimestre é sempre muito mais fraco, pois as empresas estão olhando seus orçamentos, que serão executados no segundo, terceiro e quarto trimestres. O meio do ano, normalmente, é um "Deus nos acuda" para que possamos acomodar as demandas dos clientes. Esse é um comportamento, eu diria, quase normal, dependendo do fechamento dos anos fiscais, pois alguns países fecham seu ano fiscal em setembro ou outubro.

Como entramos na pandemia muito bem posicionados, nós conseguimos passar por ela entregando em prazos absurdamente interessantes. O nosso prazo médio de entrega, ou seja, entre o pedido e a entrega, é de 45 dias, sendo que no pico da pandemia nós chegamos a entregar com 90 dias. Eu diria que nós estávamos atrasados, mas os nossos concorrentes demoravam mais de 360 dias para entregar os mesmos equipamentos de fotônica e de DWDM durante a pandemia.

A Padtec teve um salto de crescimento por conta da pandemia, pois ela acabou sendo a melhor e única opção para suportar o crescimento das redes de dados, já que vários operadores correram para capacitar as suas redes e subir a sua infraestrutura, especialmente a fixa, que consome muito mais, principalmente na fibra, pois como os clientes passaram a demandar muito mais vídeos e dados em alta capacidade, isso levou a uma subida dos meios de transmissão, seja os metropolitanos, que ficam dentro das cidades, os intercidades e os regionais, que são os backbones espalhados pelo Brasil, e até o submarinos. Por exemplo, no início da pandemia eu estava numa empresa de cabos submarinos, além do conselho da Padtec, e em horas acabou a nossa capacidade.

Como toda a demanda por componentes eletrônicos havia ido às nuvens durante a pandemia. Vários componentes de US$ 1, US$ 2 passaram para mais de US$ 100, mas como produzimos e desenvolvemos localmente, nós tivemos muita flexibilidade. Eu não canso de agradecer ao nosso pessoal da engenharia por terem dominado a tecnologia de DWDM e de fotónica de alta capacidade, o que fez com que a Padtec crescesse a sua capacidade de produção e firmasse de vez o seu nome no mercado. Hoje, nós temos entre 30% e 40% do mercado brasileiro de DWDM e crescemos a nossa participação nos países vizinhos da América Latina.

Em 2023, nós não conseguimos voltar aos custeios de pré-pandemia, mas conseguimos ajustar a nossa basic of materials para trazermos rentabilidade, até melhor do que tínhamos antes, pois passamos a produzir aqui alguns componentes que antes eram importados, usando desde impressoras 3D até o desenvolvimento de fornecedores locais, o que nos fez sair reforçados de todo esse movimento. Você consegue perceber isso na evolução do nosso Ebitda no ano contra ano, apesar de o faturamento ter ficado, praticamente, empatado, o que fortificou a nossa rentabilidade. Nós também habilitamos, de fato, o delivery de novas verticais, como os serviços de softwares e plataformas que auxiliam operações de telecom, atendendo clientes como Telebras, FiBrasil e American Towers.

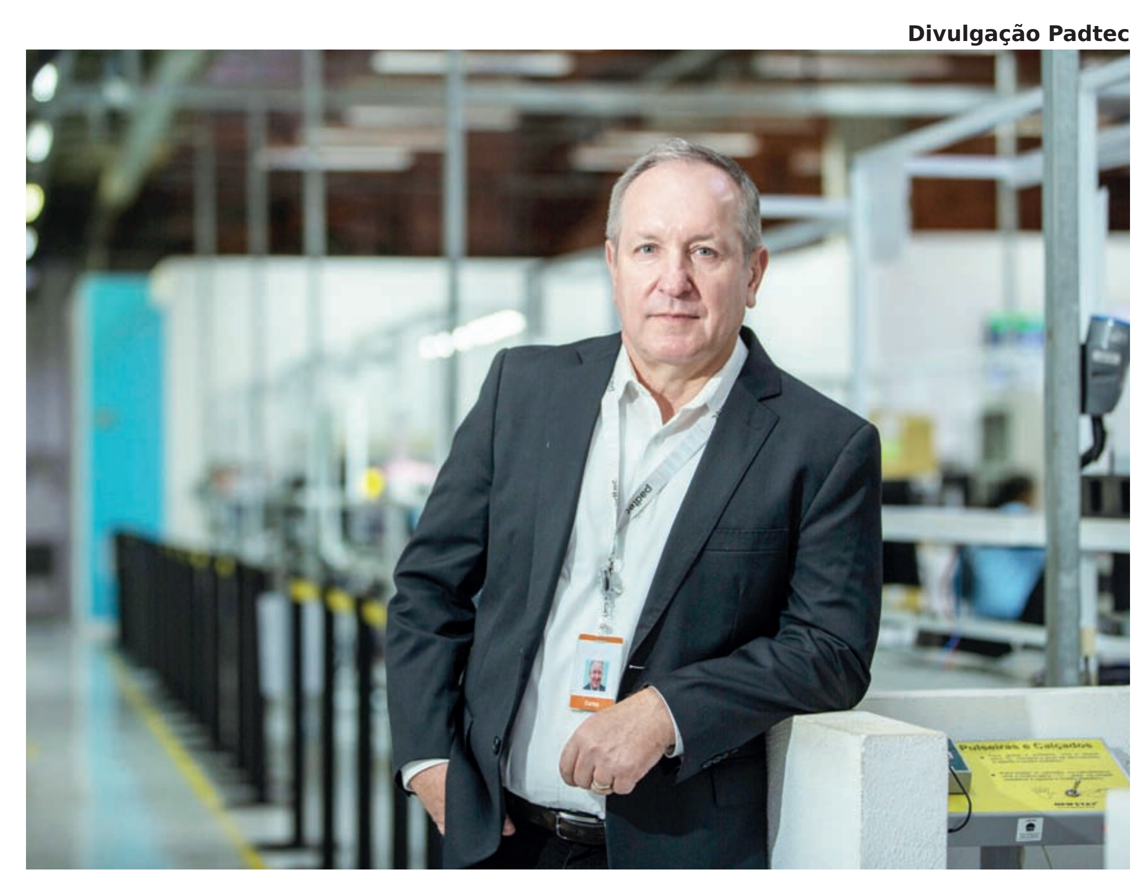
Esses anos de ajuste de custeio nos beneficiaram, mas vão continuar nos desafiando no futuro, pois é algo contínuo. Eu digo isso, pois quando se fala com os operadores de FTTH (Fiber to the Home) e com os operadores de telecom, todos estão reclamando da pressão competitiva, o que volta para nós através da pressão por preços e da demanda por serviços, tanto que em 2023 nós crescemos mais de 40% somente nessa nova vertical.

É importante lembrar que no ano passado nós também habilitamos os switches. Antes de entrarmos no mercado, nós fizemos um acordo com um parceiro que se mostrou não adequado devido a sua inflexibilidade para o mercado brasileiro. Ele foi trocado e hoje estamos com a UfiSpace e a IP Fusion, que são plataformas abertas.

A UfiSpace, por exemplo, é uma das escolhas do Grupo Telefônica para as suas redes desagregadas de switches, competindo com gigantes do setor como Cisco, Huawei e Nokia. Ela já opera com um mundo global e nesse modelo desagregado, fazendo muito bem o hardware com a Padtec escolhendo os softwares ou podendo ajustá-lo para operar nesse rádio. Isso porque como as redes são cada vez mais software, os componentes começam a ser desagregados. É com esse espírito e com essa pegada um pouco mais informal que nós vamos atacar esse mercado.

Nós passamos em todo o circuito de homologação da Anatel e estamos prontos para vender os switches. Em países como Colômbia e Peru, onde essas exigências de homologação não existem, nós já estamos começando a vender. Esse é um mercado gigante, superdesafiador, mas nós vamos preparar a organização para melhor atendê-lo.

O ano de 2023 foi extraordinário em termos de prepararmos a organização para o futuro nas principais verticais que estão em curso. Outras estão sendo maturadas, como a nossa entrada, via alianças, no mundo 5G e 4G com um parceiro que está nos apoiando internacionalmente. Cabe ressaltar que tudo o que desenvolvemos como parceria traz junto o acordo de que se o mercado crescer, nós passamos a fabricar aqui, o que é importante tanto para financiamento via BNDES e Finep quanto para velocidade de reação. Nesse espírito, foi um bom ano.



Divulgação Padtec

Carlos Raimar Schoeninger

Internacionalmente, foi um ano bem desafiador, já que as taxas de juros continuaram subindo no mercado internacional. Aqui, nós temos a velha regra: juro para cima, demanda de infraestrutura para baixo. Como infraestrutura é um investimento de longo prazo, você se preocupa mais com o almoço e com o jantar, e menos com a sobrevivência de longo prazo. Isso fez com que as redes acabassem sendo usadas no seu limite, pois entre projetos que vão começar a trazer dinheiro em dois, três anos e a instalação de um cliente que vai trazer dinheiro no mês seguinte, as operadoras optaram por otimizar o uso do seu capital, o que é natural se olharmos para a regressão histórica. Eu tomei mais tempo que o comum para fazer essa resposta, mas é bom contextualizar de onde viemos, onde estamos e para onde devemos ir.

Como a Padtec avalia as perspectivas do mercado brasileiro para 2024?

Em 2024, a parte de infraestrutura, que é cara, começa a trazer dinheiro para os nossos clientes, que são os operadores, os grandes carriers, os provedores de internet e os provedores de capacidade de atacado no Brasil e no exterior que ainda estão pressionados financeiramente. Os desafios macroeconômicos continuam, com uma exportação de deflação, especialmente chinesa, que atinge várias verticais. Telecom não é uma exceção, só que pega o mercado mais fechado e menos comprador, situação que vem desde o 2T23. Por exemplo, alguns dos nossos concorrentes que atendem com fibra em casa tiveram reduções de mais de 50% nas vendas. A Padtec conseguiu navegar bem no ano passado porque tinha vários projetos maturados e porque lida com uma camada importante de clientes que se programam um pouco mais e são mais bem estruturados financeiramente.

Em 2024, nós teremos um ano pré-pandemia normal com um pouco de taxa de juros alta. No Brasil, a Selic está caindo, temos um BNDES que ajuda os operadores, Finep, vários programas de financiamento que nós mesmo usamos, e temos um FIDC para suportar. Neste ano, os operadores que tiverem um balanço com o mínimo de organização, vão estar em condições de fazer os investimentos em capacidade que precisam. Além disso, nós temos muitos operadores novos, de alta capacidade, se estabelecendo no Brasil ou se estruturando, como a V.Tal, BR Fibra, Aloha e a Vero com Americanet. Em termos de pipeline, eu diria que estamos num ano igual ou levemente melhor que o ano passado.

Com relação aos switches, nós entramos, praticamente, do zero, especialmente UfiSpace. Nós já temos os registros na Anatel, todas as licenças necessárias para operarmos e toda a parte de supply chain organizada. Agora, nós estamos homologando esses equipamentos nos nossos clientes, desde os operadores tradicionais de telecomunicações aos operadores que ainda não usam as nossas soluções de fotônica, o que faz com que entremos mais cedo em 400, 500 endereçáveis só no Brasil.

Na parte de serviços, nós nunca estivemos com tanta demanda no pipeline. Nós temos 90 contratos espalhados pelo Brasil e começamos a entrar em negociações com os grandes. A diferença do ano passado para esse ano é que a nossa oferta se tornou mais complexa, o que nos agrada na companhia, pois não sabemos fazer coisas simples. Isso tem a ver com os muitos engenheiros e PhDs que temos dentro de casa. Assim, nós pegamos projetos em que entramos com serviços tradicionais, como gente, engenharia ou técnicos de campo, mas também começamos a entrar com expertise de resolver problemas, melhorar a eficiência e a operação das redes, e a trazer soluções baseadas em softwares.

Esse mercado é gigante e eu diria que é o momento certo para nos aproximarmos dos clientes para ajudá-los a se tornarem mais competitivos, com redes cada vez mais confiáveis, e tendo alguém, além dos seus fornecedores tradicionais, para refletir nas decisões de operação da sua rede.

CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A.
CNPJ/MF n° 33.146.648/0001-20 - NIRE: 3.33.0006631-4
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 18/03/24: 1. Data, Hora e Local: Em 18/03/24, às 14:00 horas, na sede social da Concremat Engenharia e Tecnologia S.A., localizada na Rua Joaquim Palhares, nº 40, Torre Sul, 5º andar, Estácio, CEP 20.260-080, na Cidade e estado do RJ ("Companhia"). **2.Convocação e Presença**: Convocação realizada nos termos do Parágrafo 8°, Art. 10° do Estatuto Social, estando presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme assinaturas lançadas em livro próprio. **3. Mesa**: Presidente: Lin Li; e Secretária: Ana Julia Brandimarti Vaz Pinto. **4. Deliberações:** A seguinte matéria foi deliberada e aprovada por unanimidade: 4.1. Foi aprovada a renúncia do Sr. **Luiz Fernando Nogueira**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº 06314868-8 - IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 001.214.657-99, domiciliado na Rua Joaquim Palhares, nº 40, Torre Sul, 5º andar, Estácio - RJ/RJ, do cargo de Vice Presidente, a partir da presente data. 4.2. Foi aprovada a alteração do endereço da filial da Companhia no município de Recife para o endereço da Rua General Joaquim Inácio, nº 790, sala 405, Emp. Sá Leitão, Paissandu, Recife/PE, CEP 50070-495, inscrita no CNPJ sob o nº 33.146.648/0029-20. Foi autorizada e determinada a realização de todas as providências e formalidades contábeis e legais para tanto cabíveis. **5. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, deram por encerrada a presente Reunião, tendo-se lavrado a presente Ata que, lida, aprovada e achada conforme, foi devidamente assinada por todos os presentes. **6. Assinaturas**: Mesa: Lin Li, Presidente; Ana Julia Brandimarti Vaz Pinto, Secretária. Conselheiros presentes: Zhimin Hu, Lin Li e Cai Wei. Confere com o original lavrado em livro próprio. RJ, 18/03/24. Lin Li - Presidente; Ana Julia Brandimarti Vaz Pinto - Secretária. Jucerja nº 6166983 em 05/04/24.

haga **HAGA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO**
Cia. Aberta - CNPJ 30.540.991/0001-66 – NIRE 333.0014610-5
EDITAL DE CONVOCAÇÃO–AGO: Ficam os Srs. Acionistas convocados a comparecer às 9h00min, do dia 29/04/2024, na Av. Engº Hans Gaiser, 26, Nova Friburgo/RJ, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: I) Examinar, discutir e votar, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023; II) Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado; III) Eleger os membros do Conselho de Administração da Cia. e fixar a remuneração global dos administradores. Em conformidade com o Artigo 124, Parágrafo 6, da Lei 6.404/76, e da Instrução CVM 481/09, encontram-se a disposição dos acionistas para consulta, na sede e no site da Cia, bem como da CVM e da BMFBOVESPA, os documentos objetos de deliberações da Assembleia ora Convocada. **INSTRUÇÕES GERAIS: a)** Conforme previsto nos Arts. 12° e 13° do Estatuto Social da Cia. somente poderão comparecer a AGO os acionistas em cujos nomes as ações estejam registradas em lista de acionistas expedida pelo Banco Bradesco S.A., agente de custódia de Ações da Cia, em até 05 dias antes da data de realização da AGO, observando Art. 126 da Lei 6.404/76, munidos dos seguintes documentos: (i) se pessoa física: Identidade e CPF; (ii) se pessoa jurídica: Estatuto ou Contrato Social, com respectiva comprovação da representação legal. Em ambos os casos se forem representados por procuração, que observem o disposto no § 1º do art. 126 da Lei 6.404/76, devendo os instrumentos de mandato com especiais poderes para representação na AGO, a que se refere o presente edital, serem depositados na sede da Cia. ou por e-mail, em até 05 dias antes da data marcada para sua realização; **b) Boletim de Voto à Distância:** caso o acionista opte por exercer seu direito de voto à distância, nos termos da Instrução CVM 481/09 e alterações, poderá enviar o Boletim de Voto por meio de seu respectivo agente de custódia, ou diretamente à Cia, conforme orientações constantes no boletim de voto a distância, disponível nos sites da Cia "Investidores/Assembleias", da CVM e da BMFBOVESPA. Nova Friburgo, 09/04/2024, José Luiz Abicalil - Presidente do Conselho de Administração.

ROBISI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ/MF N° 05.323.194/0001-80
Aviso aos Acionistas: Comunicamos aos Srs. acionistas, na forma do Art. 133 da Lei nº 6.404/76, que se acham à sua disposição, na sede da Cia., na Av. Nossa Senhora de Copacabana, 327/RJ, para obtenção de cópias, os documentos da administração relativos aos exercícios sociais findos em 31/12/23. RJ, 09/04/24. A Diretoria.

REPSOL SINOPEC BRASIL S.A.
CNPJ nº 02.270.689/0001-08 -NIRE: 33.3.0016653-0
Certidão da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 28/03/2024: Data, Horário e Local: Aos 28/03/2024, às 15:00h, na sede social da Companhia localizada na Praia de Botafogo, n° 300, salas 501 e 701, Botafogo, na Cidade e Estado do RJ, Brasil. **Mesa**: Sr. Alejandro José Ponce Bueno – Presidente e Sra. Carolina Assano Massocato Escobar – Secretária. **Convocação e Presença**: Presentes os acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia, em razão do que fica dispensada a convocação nos termos do §4º do art. 124 da Lei n° 6.404/76. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre a proposta de distribuição de juros sobre capital próprio (3ª parcela de 2024). **Deliberações Aprovadas**: Os acionistas aprovam por unanimidade de votos, conforme recomendação do Conselho de Administração, a distribuição de juros sobre capital próprio (3ª parcela de 2024) no valor de R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), a ser registrado nas demonstrações financeiras da Companhia em março/2024 e a ser pago em ou antes de 30/04/2024. **Encerramento**: Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia Geral pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, a qual, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas**: Alejandro José Ponce Bueno – Presidente e Carolina Assano Massocato Escobar – Secretária. Repsol E&P S.à r.l., Repsol Exploración, S.A. e TipTop Luxembourg S.à r.l. Certifico e atesto que a deliberação acima foi extraída da ata lavrada no livro próprio da Companhia. RJ, 28/03/2024. Carolina Assano Massocato Escobar - **Secretária da Mesa.** Jucerja nº 6160083 em 02/04/2024.

Trabalhador com renda de até R$ 2.640 pode financiar Minha Casa Minha Vida com FGTS Futuro

Nesta segunda-feira, a Caixa Econômica Federal já oferece linhas de crédito do FGTS Futuro para trabalhadores de carteira assinada com renda de até R$ 2.640 que queiram contratar financiamentos do Minha Casa, Minha Vida usando depósitos futuros que o empregador fizer no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

No momento da contratação do crédito habitacional, o titular da conta vinculada do FGTS deverá autorizar a caução dos depósitos futuros pelo empregador por até 120 meses. Segundo a Caixa, a autorização poderá ser feita diretamente pelo aplicativo FGTS.

Em tese, a instituição financeira teria até 90 dias após definir as normas operacionais para começar a comercializar o FGTS Futuro, mas o prazo foi antecipado. Em 26 de março, o Conselho Curador do FGTS regulamentar o FGTS Futuro para a compra da casa própria.

Durante a contratação, o banco informará ao trabalhador o valor da prestação e a capacidade de pagamento com ou sem os depósitos futuros. Caberá ao mutuário escolher a modalidade de crédito. Caso opte pelo FGTS Futuro, os depósitos que vierem a ser feitos pelo empregador serão bloqueados na conta vinculada até a quitação total do saldo devedor.

Caso seja demitido, o trabalhador não poderá sacar o saldo da conta atrelado ao financiamento do imóvel. Todo o excedente disponível na conta de FGTS será usado para reduzir a dívida, com exceção do recolhimento da multa rescisória de 40% no caso de demissão, que é exclusiva do trabalhador.

A opção pelo FGTS Futuro só pode ser feita no momento da contratação da linha de crédito. Caso o cliente não opte nesse momento, posteriormente poderá fazer uso dos recursos depositados em sua conta vinculada do FGTS, conforme demais modalidades previstas em lei.

A Caixa esclarece que o uso ou não desse recurso será decidido exclusivamente pelo trabalhador e valerá apenas para os novos contratos de financiamento.

Moeda e cadastro digital em debate no Senado

A Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) se reúne nesta quarta-feira, às 9h30, para votar projetos de decreto legislativo (PDL) que autorizam ou renovam serviços de radiodifusão em cidades das Regiões Sul e Sudeste. Também estão na pauta requerimentos de audiências públicas para instruir projetos em análise na comissão. Entre eles, o REQ 41/2024-CCDD, para debater a emissão de moeda soberana no formato digital. A medida consta no Projeto de Lei Complementar (PLP) 80/2023.

O autor do requerimento, senador Carlos Portinho (PL-RJ), justifica no documento que, segundo informações do Banco Central do Brasil, a implementação da medida pode acarretar ganhos expressivos de eficiência, com perspectivas promissoras de redução dos custos de crédito para os consumidores. Entretanto, ele observa que é importante observar que algumas entidades de representação da sociedade civil organizada têm expressado preocupações pertinentes em relação aos potenciais riscos para o sigilo bancário e para a privacidade dos dados das partes envolvidas.

Também está na pauta da comissão o pedido de promoção de audiência pública para debater o PLP 77/2023, que institui o Cadastro Digital Certificado e estabelece normas para identificação de correntistas ativos e passivos de contas de depósitos abertas por meio eletrônico. De autoria do senador Esperidião Amin (PP-SC), o requerimento para o debate (REQ 43/2024-CCDD) destaca que o projeto pretende, em resumo, exigir aos usuários dos serviços bancários a necessidade de comprovarem sua identidade por meio de certificados no prazo de dois em dois anos. Dessa forma, espera-se que sejam coibidas fraudes perpetradas por terceiros.

"Para tanto, novos mecanismos de controle no complexo sistema financeiro precisam primar por um diploma legal exequível. Inclusive, diante do Open Finance, que ampliou e potencializou a fluição de informações de diversas instituições financeiras no sistema financeiro. São cerca de 20 milhões de consentimentos de acessos para troca de dados entre agentes financeiros e de pagamentos", argumenta.

Segundo a Agência Senado. a Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) também pode votar nesta quarta-feira projetos de decreto legislativo (PDL) que autorizam ou renovam serviços de radiodifusão em cidades das Regiões Sul e Sudeste.

Ao todo, estão na pauta dez PDLs que tratam de renovações e ourtorgas de serviços de radiodifusão. Os pedidos incluem emissoras nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Todos os projetos serão analisados em caráter terminativo. Isso significa que, caso não haja recurso para a análise em Plenário, serão enviados diretamente para promulgação.

BNDES: mais de R$ 1,4 bilhão para o Plano Safra 2023-24

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) disponibilizará no dia 11 de abril mais R$ 1,4 bilhão para operações de crédito no âmbito dos Programas Agropecuários do Governo Federal (PAGF) para o Plano Safra 2023-2024. Com a medida, o total de recursos ainda disponível nos diferentes PAGF a serem repassados pelo banco de fomento é de R$ 4,6 bilhões, com prazo de utilização até junho de 2024.

"O banco já aprovou mais de R$ 28 bilhões, em mais de 120 mil operações, para o Plano Safra 2023-2024, um crescimento de 23% em relação ao mesmo período da safra passada", informou a instituição nesta segunda-feira.

"São recursos importantes que poderão ser utilizados por produtores rurais, inclusive agricultores familiares, e cooperativas agropecuárias, para custeio e investimento em diversas finalidades, e revelam a prioridade com que o governo do presidente Lula trata o setor agropecuário do país", explicou em nota o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante. Segundo ele, os produtores poderão ampliar a produção, a aquisição de máquinas e equipamentos, a armazenagem e investir em inovação.

Ações contempladas

O Plano Safra 2023/2024 é um programa do Governo Federal de apoio ao setor agropecuário, que oferece linhas de crédito, incentivos e políticas agrícolas para os produtores rurais, desde os agricultores familiares até os mega produtores.

No âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), estão o crédito rural e os programas destinados a médios e grandes produtores.

De acordo com o Mapa, com crescimento de 26,8% em relação ao Plano Safra anterior, esta edição conta com um reforço ao incentivo e fortalecimento dos sistemas de produção ambientalmente sustentáveis, com redução das taxas de juros para recuperação de pastagens e premiação para os produtores rurais que adotam práticas agropecuárias consideradas mais sustentáveis.

No lançamento, foram disponibilizados R$ 364,22 bilhões em crédito rural para a agricultura empresarial para custeio e investimento. No entanto, o montante pode ter alterações durante a vigência do Plano Safra.

As taxas de juros para custeio e comercialização são de 8% ao ano para os produtores enquadrados no Pronamp e de 12% a.a. para os demais produtores. Já para investimentos, as taxas de juros variam entre 7% ao ano e 12,5% ao ano, de acordo com cada programa

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF 02.600.854/0001-34
NIRE 33.300.260.528
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: 28 de março de 2024, às 16h00, na sede da TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Fonseca Teles, nº 18/30, Bloco D, Térreo, São Cristóvão, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro. **PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Dispensada a presença dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"). **MESA:** Presidente – Sra. Fabiane Reschke; Secretária – Sra. Simone Paulino de Barros. **CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÕES: (1)** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme faculdade prevista no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de setembro de 1976 ("Lei 6.404/76"); e **(2)** Dispensada a publicação dos anúncios de que tratam o artigo 133 da Lei 6.404/76, conforme faculdade prevista no §4º deste mesmo artigo 133. **LEITURA DE DOCUMENTOS, RECEBIMENTO DE VOTOS E LAVRATURA DA ATA: (1)** Dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, uma vez que o seu conteúdo é do inteiro conhecimento dos acionistas; **(2)** As declarações de voto, protestos e dissidências, porventura apresentadas, serão recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa e ficarão arquivadas na sede da Companhia, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76; e **(3)** Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas da totalidade dos acionistas, nos termos do artigo 130, §§ 1º e 2º, da Lei nº 6.404/76, respectivamente. **ORDEM DO DIA: (1)** Deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia, as respectivas notas explicativas, e o relatório da administração, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **(2)** Deliberar sobre as propostas da administração de Orçamento de Capital da Companhia, de destinação do resultado do exercício de 2023 e de distribuição de dividendos da Companhia; **(3)** Ratificar a nomeação de membro do Conselho de Administração da Companhia, previamente ocorrida na reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de agosto de 2023; e **(4)** Deliberar sobre a proposta da administração para remuneração dos administradores da Companhia para o exercício de 2024. **DELIBERAÇÕES:** Após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, bem como do material relacionado, que fica arquivado na sede da Companhia, os acionistas deliberaram, por unanimidade: **(1) Aprovar** o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do respectivo parecer de auditoria da EY, auditores independentes da Companhia. **(2.1) Aprovar** o orçamento de capital da Companhia e empresas controladas, no montante total de **R$5.196.398.000,00 (cinco bilhões, cento e noventa e seis milhões, trezentos e noventa e oito mil reais)**. **(2.2) Aprovar** a proposta da administração de destinação do resultado do exercício de 2023 e de distribuição de dividendos da Companhia, a qual contempla que o lucro líquido do exercício de 2023, no montante de **R$1.473.103.308,13 (um bilhão, quatrocentos e setenta e três milhões, cento e três mil, trezentos e oito reais e treze centavos)**, será destinado da seguinte forma: **(2.2.1)** Para a constituição da Reserva Legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício de 2023, no montante de **R$65.736.221,31 (sessenta e cinco milhões, setecentos e trinta e seis mil, duzentos e vinte e um reais e trinta e um centavos)**; **(2.2.2)** Para a Reserva de Lucro será destinada a importância de **R$158.378.881,90 (cento e cinquenta e oito milhões, trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e oitenta e um reais e noventa centavos)** referente ao registro reflexo dos benefícios fiscais utilizados pela sua controlada no exercício de 2023; **(2.2.3)** Como juros sobre capital próprio (bruto), o montante de **R$539.000.000,00 (quinhentos e trinta e nove milhões de reais)**, cujos pagamentos foram aprovados ao longo do exercício de 2023 e pago nas datas de 09 de maio de 2023, 12 de julho de 2023 e 23 de janeiro de 2024, sendo que: (i) o valor de **R$12.489.882,05 (doze milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, oitocentos e oitenta e dois reais e cinco centavos)** é imputado ao dividendo mínimo obrigatório e (ii) o valor remanescente de **R$526.510.117,95 (quinhentos e vinte e seis milhões, quinhentos e dez mil, cento e dezessete reais e noventa e cinco centavos)** foi distribuído a título de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia; e **(2.3) Aprovar**, como dividendos complementares propostos, o montante de **R$190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais)**, a serem pagos até 30 de abril de 2024, que será distribuído com base no lucro do exercício de 2023. Considerando os valores já distribuídos a título de juros sobre capital próprio (bruto) e de dividendos intercalares, e conforme a proposta de distribuição de dividendos complementares, o montante global referente ao exercício de 2023 corresponde a **R$5.529.000.000,00 (cinco bilhões e quinhentos e vinte e nove milhões de reais). (3) Ratificar** a nomeação da Sra. **Gigliola Bonino**, italiana, casada, bacharel em economia, portadora do passaporte italiano nº YC0517080, válido até 7 de novembro de 2032, domiciliada na cidade de Roma, Itália, em Corso D'Itália nº 41, 00198, como membro do Conselho de Administração da Companhia, previamente ocorrida na reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de agosto de 2023, nos termos do Art. 150 da Lei das S.A. A Conselheira, cuja eleição é agora ratificada, terá mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que será realizada no ano de 2025. **(4) Aprovar** a proposta de remuneração global dos administradores referente ao exercício de 2024, nos seguintes termos: (i) Remuneração do Conselho de Administração: remuneração global anual no montante de **R$1.680.000,00 (um milhão, seiscentos e oitenta mil reais)** a ser atribuída aos conselheiros individualmente, em conformidade com as deliberações do Conselho de Administração; e (ii) Remuneração da Diretoria: remuneração global anual no montante de **R$16.234.000,00 (dezesseis milhões, duzentos e trinta e quatro mil reais)**. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pelo Presidente, pela Secretária da Mesa e pelos acionistas identificados. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. **SIMONE PAULINO DE BARROS** - Secretária da Mesa. Jucerja nº 6166563, em 05/04/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.